

O CANUDO, A RAPADURA E A PARÓQUIA: FESTIVIDADES RURAIS, UMA EXPRESSÃO PATRIMONIAL

CANUDO, RAPADURA Y LA PARROQUIA: FIESTAS RURALES, UNA EXPRESIÓN PATRIMONIAL

THE CANUDO, THE RAPADURA AND THE PARISH: RURAL FESTIVITIES, AN EXPRESSION OF HERITAGE

João Alberto Zanandréaⁱ  

Resumo: O presente estudo visa compreender a dimensão das festividades religiosas ou popularmente conhecidas como festas de capela nos municípios de Machadinho e Maximiliano de Almeida (ambas no Rio Grande do Sul) por meio de pesquisa com fontes orais (entrevistas), análise documental, fotografias, livros tombo, pesquisa bibliográfica, visita às comunidades e capelas no esforço de responder e entender como as festividades se organizam e continuam a reproduzir heranças, fortalecendo vínculos entre moradores. As comunidades analisadas são a Nossa Senhora do Monte Bérico, Linha Santo Antônio e Paróquia de São Sebastião nos últimos anos (2022-2024), delimitando o espaço-tempo analisado. Visa-se entender essas festividades como processos históricos, e que estão sempre atreladas à memória, à cultura possibilitando uma forma de entendê-las como patrimônio e construção da identidade coletiva.

Palavras-chave: Festas de capela; Identidade; Memória; Patrimônio.

Resumen: El presente estudio tiene como objetivo comprender la dimensión de las festividades religiosas o popularmente conocidas como fiestas de capilla en los municipios de Machadinho y Maximiliano de Almeida (ambos en Rio Grande do Sul) a través de investigaciones con fuentes orales (entrevistas), análisis de documentos, fotografías, libros de tombo, investigaciones bibliográficas, visitas a comunidades y capillas en un esfuerzo por responder y

ⁱ Licenciado em História pelo Centro Universitário Fael - UNIFAEL. Ex-pesquisador do Programa de Iniciação Científica (PIC) da UNIFAEL. Discente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo - UPF. E-mail: 205229@upf.br.

comprender cómo se organizan las festividades y continúan reproduciendo legados, fortaleciendo los vínculos entre los pobladores. Las comunidades analizadas son Nossa Senhora do Monte Bérico, Linha Santo Antônio y Paróquia de São Sebastião en los últimos años (2022-2024), delimitando el espacio-tiempo analizado. Se pretende entender estas festividades como procesos históricos, que siempre están vinculados a la memoria, a la cultura, posibilitando una forma de entenderlas como patrimonio y construcción de identidad colectiva.

Palabras clave: Fiestas de la capilla; Herencia; Identidad; Memoria.

Abstract: This study aims to understand the dimension of religious festivities or popularly known as chapel festivals in the municipalities of Machadinho and Maximiliano de Almeida (both in Rio Grande do Sul) through research with oral sources (interviews), documentary analysis, photographs, registry books, bibliographic research, visits to communities and chapels in an effort to respond and understand how the festivities are organized and continue to reproduce legacies, strengthening bonds between residents. The communities analyzed are Nossa Senhora do Monte Bérico, Linha Santo Antônio and Paróquia de São Sebastião in recent years (2022-2024), delimiting the space-time analyzed. The aim is to understand these festivities as historical processes, and that they are always linked to memory, to culture, enabling a way of understanding them as heritage and construction of collective identity.

Keywords: Chapel festivals; Heritage; Identity; Memory.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objeto de análise as (dentre outras formas de patrimônio) festividades de comunidades rurais nas cidades fronteiriças com o Rio Pelotas(um dos formadores do Rio Uruguai) nos municípios de Maximiliano de Almeida e Machadinho no Rio Grande do sul. Analisando depoimentos orais em consonância ou contraponto com fontes escritas que contribuem para descrever não só a realidade vivenciada no passado, mas também as heranças e capitais simbólicos, culturais e patrimoniais deixados pelas pessoas nas festividades ou também “festas de capela”. Análise será feita dentro do recorte de 2020-2024 (evidente que as festividades são mais anteriores que hoje, portanto haverá digressão histórica) pois como trata-se de história oral, as fontes são vivas e aqui, já constitui algo imprescindível: a contribuição da oralidade e da memória de expressão oral na análise sócio histórica, da

mentalidade do período, compreensão mais espontânea e “viva” da realidade, preservação da cultura. O tema em si não é inédito, só não foi amplamente explorado ou visto minuciosamente, além disso, tal tema descreve uma parte significativa da cultura rio-grandense, pois as festividades interioranas são heranças da imigração, que são indelévels na sociedade e influenciam (e influenciam) nos modos de fazer e viver, o que constitui um mecanismo identitário e patrimônio local/regional.

Há muito se pergunta o porquê seres humanos dão tanto valor aos seus objetos, origens familiares, sua história e pelos quais motivos dizem pertencer a determinado grupo, território, ideias, hábitos e diversas outras formas de se expressar. Por que tanto apego e ou sentimento com a materialidade e as tradições passadas às gerações? Por que erguem-se igrejas, capelas, imagens de santos? Por que guardar fotografias e objetos antigos que hoje são obsoletos? As histórias contadas pelos antepassados ainda têm espaço em um mundo digital abarrotado de discursos e outras formas de entretenimento? Qual objetivo de participar de um festejo de domingo sem ter sequer algum benefício capital, além de grande trabalho e esforço para realizá-lo? E por que prosseguir fazendo isso? As festas de capela são uma imaterialidade e independem do material? Os valores e projeções simbólicas são os mesmo no transcorrer do tempo? O imaterial

Disse Lucian Febvre “Historiador não é o que sabe, mas o que procura”. Procurar-se-á no presente projeto responder como as dinâmicas e modos de vida das pequenas comunidades e cidades interioranas expressam-se materialmente e imaterialmente (é o caso das festividades) e como todo esse patrimônio constitui um mecanismo de formação identitária, mobilizando temas como cultura, memória, patrimônio, identidade. Através da oralidade, por meio de entrevistas, previamente agendadas e com consentimento dos colaboradores(as) e posterior transcrição e depuração/comparação com outras fontes buscar-se-á entender de que maneira ou modo as festividades expressam um sentido de existência naquela localidade, que por meio das entrevistas compreender a subjetividade que torna tal celebração algo tão importante e ponto de referências para muitas pessoas.

As fontes analisadas serão fontes orais (pessoas com disponibilidade e condições para rememorar) que participaram e ou ainda participam das festas da linha/comunidade, por meio de entrevistas e sua devida transcrição. Sem esquecer que os livros tombo das paróquias também são fontes importantes pois registram grande parte dos acontecimentos locais (principalmente dos municípios) sobre as festividades, seja na paróquia ou na capela, pois a

igreja tinha (e tem) o hábito de registrar eventos importantes das cidades, tais eventos poderiam ser: questões políticas nacionais, regionais ou locais, festas, colheitas bem ou mal sucedidas, peregrinações dentre outros assuntos. Outras fontes como fotografias, bibliografia local também constituirão o *corpus documental*.

METODOLOGIA

Como metodologia investigativa utilizou-se a história oral híbridaⁱ (diferente da história oral pura) para análise das fontes. Entende-se que “A história oral é dimensão prática e organizada de projetos que exploram nuances da memória” (Meihy, Seawright, 2021, p. 21). Possui caráter de campo, com personalidade, representado pela pura experiência de ouvir o outro, permeado por entrevistas com questionários de gênero temático (pois é um tema específico) e de vida (não há como dissociar um aspecto da vida de alguém por completo) para colaboradores(as) que foram atuantes e ainda participam das festividades na linhas/capelasⁱⁱ dos municípios interioranos, buscando a compreensão da suas dinâmicas e processos de formação identitária, principalmente as festas.

Utilizar-se-á o gravador do celular para registro de voz, com registro de dados do(a) colaborador(a) através de fichas em papel para produção da Carta de Cessão e posterior a transcrição do áudio preservando a oralidade local, finalizando com uma inspeção (estudo) da produção do material (Alberti, 2013). Cabe ressaltar que a subjetividade é algo que auxilia e também surpreende ao longo dos depoimentos como se verá no decorrer do artigo. A memória é maleável, fluída e viva, não é perfeita ou fixa, demonstra uma visão singular da realidade (Meihy, Seawright, 2021). Tudo isso fica mais evidente ainda nos depoimentos e são essas “refrações”ⁱⁱⁱ da lente/ótica prismática: os pontos de vista, um jeito de ser e compreender o mundo através das recordações.

Além das fontes orais, serão analisados historiográfica local, fotografias, objetualidades, livros caixa, visitas às capelas (com devido registro fotográfico): Capela do Canudo (Santo Antônio), Cerro da Rapadura (Nossa Senhora do Monte Bérico), Paróquia São Sebastião (Maximiliano de Almeida). Como antes citado, o escopo é diálogo, análise e contraponto de informações, evitando-se a disputa de narrativas totalizantes e hegemônicas; não convém impor ou provar uma história regional ou local. É importante também ressaltar que, quando se trabalha com história local/regional, há um entendimento das limitações e

extensões do que se considera local ou regional: não sendo restrito fisicamente/ espacialmente. Além disso o

[...] historiador local responde a essa demanda pela “utilidade histórica”. Homens e mulheres tecem malhas de cobrança para que seja escrita a história local. O historiador local supre a demanda, preenche um vazio. Aí precisamente se encontra a dimensão útil da história local. (Medeiros, 2015)

Dessa forma, é de suma importância analisar a realidade ao redor e compreender as necessidades possíveis de conservação do patrimônio, história e memória regional, bem como seu valor social. Como afirma Reckziegel “Não se pode perder de vista o fato de que o âmbito regional possui uma história própria, um conjunto de relações sociais delimitadas, um espaço, de memória, de formação de identidades e de práticas políticas específicas (1999, p. 20). Por esse ângulo, as relações constituídas entre essas pessoas, as produções simbólicas (com seu valor social), bem como as heranças adquiridas e que serão transmitidas delimitam uma identidade que recorta e define esta região.

Além disso, é preciso ter fidedignidade à construção do discurso ou das redes que se escolhe para entrevistar, atentando para não privilegiar determinadas camadas, classes ou grupos. Embora haja escolhas de redes que afunilam conteúdos e colaboradores, vale ressaltar que trata-se de um tema específico. E por se tratar de um tema patrimonial/cultural, existem indicações de colaboradores para outros por afinidade; é mais enriquecedor do que se imagina. Poder-se-á dizer que o “historiador local fala a partir de um lugar de saber que precisa ser conhecido”. (Medeiros, 2015). Ademais, não faz sentido algum estudar a memória, patrimônio, cultura e identidade sem saber o que são.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 216 (Brasil,1988):

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão ;
II- os modos de fazer, criar e viver
III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Como previsto na Constituição Federal (na percepção jurídica) patrimônio engloba produção material e imaterial. Mas questiona-se: basta ter apenas os objetos e constituir saberes? Não! Para vir-a-ser patrimônio é preciso um “querer reviver”, preservar uma ideia, lembrança, um costume, formas abstratas ou de expressão, de algo que pode até ter se perdido ou ainda resistir às transformações e rupturas implacáveis do tempo. Assim, o patrimônio está atrelado ao “o que se perdeu”, “não tem mais”, em outras palavras, à alguma experiência de perda (Oliveira, Almeida, Fonseca, 2012). Portanto, patrimônio gera um sentimento de pertencimento à uma classe, comunidade, cidade, Estado ou Nação. Por isso, o monumento (material nesse caso) faz o papel de mediador com o passado, muitas vezes rememorando períodos de esplendor, glória e até idealizando a história ou ainda mesmo afirmar sua origem. Segundo Le Goff (1994): [...] monumento é tudo o que pode evocar o passado e recordar, até mesmo o escrito[...] (Le Goff citado por Silva; Silva, 2009, p 326).

Partindo da perspectiva de Le Goff, é possível provar o elo entre patrimônio e memória! Pois a memória é também um fragmento/estilhaço da realidade, isso significa que a memória é seletiva, parcial, projeta muitas vezes valores ao fato rememorado. Mas nem por isso desconsidera-se o valor da experiência trazida ou de considerá-la como algo extraterreno do acontecimento estudado. Pois nem fontes escritas são neutras!

Memórias são fragmentos, meros pedaços da realidade, e também são a reconstrução das experiências vividas no passado, orientadas e moduladas pelas emoções e questionamentos/imaginação do/no presente. Com esse preâmbulo, surgem questionamentos sobre o caráter das memórias, e sua representação individual, como, o que leva à recordação de certos acontecimentos em detrimento de outros, ou como certas lembranças possuem mais detalhes do que outras. Segundo o neurologista Ivan Izquierdo “[...] os estados de ânimo, as emoções, o nível de alerta, a ansiedade e o estresse modulam fortemente as memórias” (2018, p. 69), dessa forma, o que marca é a contundência da experiência emocional vivenciada. E devido a essas memórias selecionarem e reterem informações, elas constituem o alicerce de nossa identidade individual e social, pois também diz que:

O acervo de nossas memórias faz cada um de nós ser o que é: um indivíduo, um ser para o qual não existe outro idêntico. [...] O conjunto das memórias de cada um

determina aquilo que se denomina personalidade ou forma de ser (Izquierdo, 2018 p. 1-2)

Pensando nesse sentido pode-se afirmar que as identidades:

[...] poderão ser reconstituídas, vidas ressignificadas, amarrações ao passado, pela mediação do testemunho, dos vestígios e dos lugares; esses não são apenas materiais. Produzir testemunhos e registros visíveis e visitáveis, ainda que muitas vezes sejam expressões deliberadas[...] é permitir fragmentos do tempo com sentido lógico e localizado. (Tedesco, 2011, p. 30).

Dessa reflexão vêm a importância da função social que a memória cumpre, a de capacidade de perpetuação do tempo, algo para dizer “eu existi”, “eu fiz”, “eu vivi”. Pois, por mais que a memória não se cristalice materialmente, ela é “projetada”, passível de interpretações e modificações (coletivas ou individuais); permite agregar determinada resistividade à corrosão do tempo através de objetualidades (materialidade) ou formas abstratas (Tedesco, 2011). Isso se torna relevante mediante o pretexto para qual são constituídas tais memórias, seja com silêncios deliberados ou não, mas principalmente na preservação/perpetuação pelo o que não se tem mais, pelo o que se perdeu. (Oliveira, R; Almeida. V; Fonseca et al, 2013). Ou ainda o de não esquecer determinado acontecimento à determinado grupo como no caso da memória coletiva^{iv}, nessa discussão vale dizer que “Lembrar deve ser aprender enquanto que aprender deve ser lembrar” (Reiss, Gherman, 2018; pg 28). Portanto, a memória tem relevância através da oralidade e por isso chama-se de memória de expressão oral.

Diferentemente:

[...] da memória escrita, a memória expressão oral é espontânea, instantânea, mais ou menos liberta de instruções retificáveis[...]. Maleável, espiralada, nem sempre diretiva, repleta de vaivéns, a memória de expressão oral escapa das noções convencionais porque é fator constante na transformação do organismo social. (Meihy, Seawright. 2021, P. 22-23).

Dessa forma fica compreendido que a memória não pode ser tratada como fonte escrita (apesar de transcrita), portanto, possui métodos diferentes para ser analisada. Pois é seletiva, se utiliza da imaginação e precisa ser codificada do oral para o escrito (transcrição) para tal empreendimento analítico. Vale ressaltar que nenhuma fonte oral ou escrita é imparcial ou neutra, pois documentos podem ser interpretados de diversas formas em temporalidades diferentes, além de que muitas vezes podem ser enviesados e produzidos para alguém ou propósito, mas não se

trata de julgar fontes orais pelas escritas, mas sim estabelecer um diálogo enriquecedor que busque coerência sobre a história da das festividades locais e como estas constituem-se no município de Maximiliano de Almeida e Machadinho - Rio Grande do Sul, buscando documentar a subjetividade, a emoção, os procedimentos, datas, tarefas, organizações, culinária, convites (minuciosidades da festividades) e buscar entender o sentido de vida/existência que essas festas constituem na vida das pessoas Tudo através da memória em contraponto ou consonância com outras fontes.

Ainda sobre a memória, Tedesco (2011) diz que:

[...] recordamos o passado com auxílio de correspondências, associações, objetualidades, símbolos, fotografias, correlações com algo que pode, mas não necessariamente, diferenciar-se da experiência original; que necessitamos de um ferramental significativo para contrapor e associar tempos e fatos, o que era e o que é e, quem sabe, o que será (não é incomum a projeção do que ou pelo o que já passou; senso comum assim o faz). A ideia é a de que a recordação necessita também de mediação, assim como ela mesma já é uma mediação entre tempos, fatos e características do sujeitos que a personificam. Mediar é ligar[...]. (Tedesco. 2011. p. 15).

Fica claro segundo o autor que a memória precisa de um “fio condutor” com o passado. O monumento é uma forma (dependendo do discurso imbricado com ele) de deflagar um retorno ao momento que se projeta do item material para imaterial (processo cognitivo). Mas seria um grande equívoco afirmar que é um retorno “efetivo”, completamente “idêntico como aconteceu”. Pois ainda segundo Tedesco (2011) “[...] não necessariamente a memória é a ‘fotografia’ de um tempo completo, totalizante e reprodutível.” Ou seja, o momento de reminiscência não é algo eterno e imutável ou que fale explicitamente a verdade do que aconteceu, isso acontece porque, os patrimônios históricos assim como as memórias que eles evocam são discursos e noções escolhidas, deliberadas! Representam uma identidade ou grupo. (Oliveira, Almeida, Fonseca, 2012). Ou de outra forma:

Imagens, símbolos, representações do passado, horizontes construídos e transmitidos por vários meios fazem parte da memória, do *presente* do passado com ‘intenção de continuidade’, porém essa ‘intenção de continuidade ‘vai depender de estratégias, ações e interesses do/no presente (Tedesco. 2011. p.12)

Verifica-se que a preservação é parte de um processo de escolhas, entre o que lembrar e o que esquecer também. Com tudo isso, é visto (como no trecho acima) que há o objetivo de

manter, preservar algo às gerações futuras, nem sempre pelo o que se perdeu, mas pelo o que tem, faz ou sobreviveu ao intemperismo do tempo.

Compreendida a conexão entre patrimônio e memória, onde a cultura se encontra no meio de tudo isso? Seria cultura ou culturas? O que ela tem a ver com a memória? Uma forma simples, mas interessante de explicar o que são culturas, seria dizer que são as múltiplas formas de existir^v. Mas existir de que forma? Através de que? Ora, afirmar que existe-se (vive-se) de inúmeras formas: pelas atitudes, pelo o que produz-se de objetos, artefatos, toda “cultura material” ou saberes a respeito da realidade como concepções, regras, condutas morais, valores, costumes, simbolismos (a imaterialidade). Pode-se dizer que:

[...] cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica. (Silva; Silva. 2009. p.85)

É inegável dizer que cultura é uma criação humana, nesse sentido, o detalhe é compreender que não é apenas a cultura que influencia seres humanos(as), ambos se influenciam mutuamente além de estarem em constante transformação.

BREVE HISTÓRICO DA REGIÃO DO FORQUILHA: GÊNESE DE MACHADINHO E MAXIMILIANO DE ALMEIDA

O Rio Grande do Sul teve seu ingresso tardio na economia “nacional” ainda no séc. XVIII. Economia era basicamente agrícola e pecuarista, além da constituição de uma sociedade escravocrata de estancieiros criadores de gado/militares que constituem o um dos aspectos da tradição e cultura riograndense. Como afirmam Quevedo e Tamanquevis (1995):

[...] a zona passou a adquirir importância militar e necessitava mais autonomia. Foi dentro desse contexto que a região foi elevada à condição de Capitania em 1760 com nome, Capitania Rio Grande de São Pedro, desvinculando-se de Santa Catarina e ligada ao Rio de Janeiro.(p.32)

A ocupação da região não se deu de forma homogênea em todos os lugares em todo tempo. A região fisiográfica do Alto Uruguai deu-se a partir da falta de terras e a ocupação da região serrana, assim o:

[...] esgotamento das terras das Colônias Velhas^{vi} impulsionaram significativamente o mercado de valor das terras[...] as companhias colonizadoras compraram terras florestais aos novos detentores, para serem loteadas e vendidas aos imigrantes. A apropriação por colonos – camponeses das terras florestais do Alto Uruguai, das Missões e do Planalto Médio completaria a ocupação dos territórios sulinos. (Maestri, 2021, pg 27)

Esses outros (e filhos de) imigrantes buscaram as terras disponíveis na região do Rio Forquilha a qual o governo fazia concessões. Faz fronteira com Santa Catarina, no nordeste do Rio Grande do Sul, definida pelo Rio Pelotas. Dall’Igna complementa:

A região do Alto Uruguai, bem como o nosso território, e os territórios considerados da região de matas no norte Lagoa Vermelha, só vieram a se desenvolver e mostrar sua real importância, após a entrada de imigrantes, descendentes de italianos, alemães, poloneses e outras etnias [...] (2019, p. 49)

No primeiro quartel do século XX, com a fundação de Erechim e a instalação da Comissão de Terras e Colonização de Lagoa Vermelha a área que estava colonizada ou que viria a ser colonizada, mais especificamente entre os rios Forquilha e Ligeiro, passou a ser chamada de Colônia do Forquilha fundada em 1918. A Comissão tinha o dever da “[...] mediação, demarcação e posterior venda das terras” (Dall’Igna, 2019, p. 20).

O mesmo autor ainda afirma que o início da colonização:

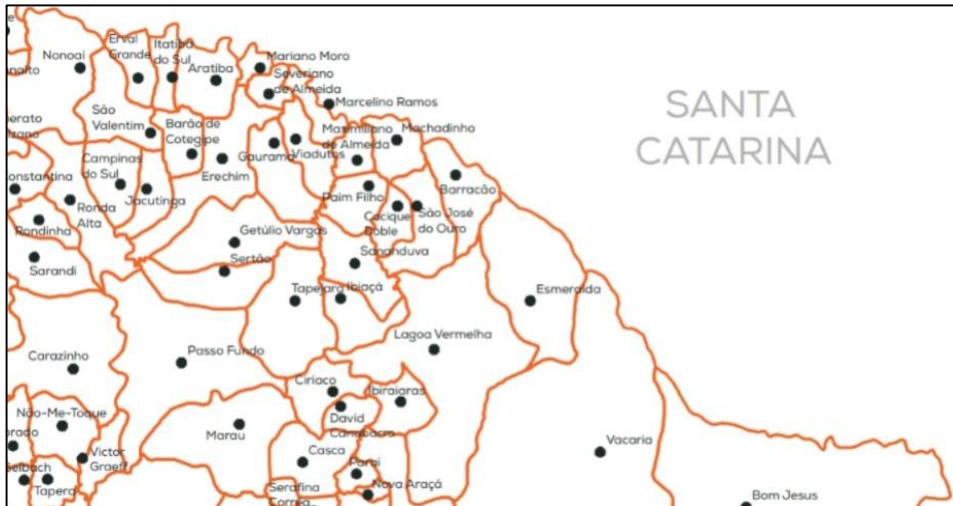
[...] do município de Maximiliano de Almeida, o que se deu a partir da metade da década de 1910-1920, o atual território pertencia ao município de Lagoa Vermelha. [...] Toda região norte de Lagoa Vermelha, era coberta com matas, e devido a grandes florestas de pinheiros na região da Sede o primeiro nome dado ao local foi Sede de Pinhal. [...] As pequenas propriedades de exploração intensiva, junto com as pequenas indústrias de extração de madeira(serrarias) e o beneficiamento de erva mate, foram transformando as florestas e os locais acidentados em áreas de lavouras e formando os primeiros núcleos de colonização (Dall’Igna, 2019. p.18- 49)

Salienta-se que os municípios de Maximiliano de Almeida (1961) e Machadinho (1959) surgem de desmembramentos de seu centro distrital: Lagoa Vermelha. A região do Alto Uruguai:

[...] teve como característica a definição de dois momentos: até 1954, os municípios possuíam muitos distritos, devido a uma área territorial expressiva. Após isso, houve um intenso processo de municipalização. Entre os anos de 1954 e 1965, foram criados

140 municípios, ou seja, quase dois terços dos municípios do Estado (La Salvia; Marondin, 1976 apud in Cunha; Morais).

Imagem 1- Print Screen (adaptado); Mapa do Rio Grande do Sul em 1950, divisão dos municípios



Fonte: Adaptado de CUNHA; MORAES, 2018.

A RAPADURA, O CANUDO E A PARÓQUIA... RAPADURA: UM “ACIDENTE” PATRIMONIAL

Também conhecida como comunidade ou capela Nossa Senhora do Monte Bérico, (localizada em Maximiliano de Almeida), recebe esse nome devido aos moradores que migraram de Bento Gonçalves e trouxeram a imagem da santa que nomeou a localidade. A comunidade já é descrita desde com sua inauguração segundo Dall’ Ignia (2019) em 1920, estimando cerca de 29 famílias residindo no local. Maestri ressalta que o transporte “[...] das mercadorias era feito com mulas bruaqueiras e por carroças puxadas a mulas, por picadas e estradas de trânsito difícil [...]” (2021, p. 135). Este aspecto foi guardado na memória da memória da comunidade através de um incidente ou melhor, um acidente como seu mecanismo de formação identitária (que a torna única), como conta este colaborador^{vii}, o porquê chama-se Cerro da Rapadura:

Antigamente^{viii} como é que era feito o transporte: era feito só de **carguero**^{ix}, bruaca né, de mula. Vinha o pessoal de carguero com aquelas bruaca de mula de Vacaria, de Lagoa... busca! Porque aqui era uma região que... que produzia muito açúcar mascavo e rapadura e... adoeceu logo aqui adiante uma mula. Que apodreceu! Adoeceu a mula né, ficou aquele monte de rapadura que não conseguiram transportar, provavelmente

pelo que contavam apodreceu aí e daí surgiu nome de Cerro da rapadura. Por isso que tem essa raiz. (C1, Nov de 2022, grifo nosso)

O incidente/acidente narrado pelo colaborador evidencia alguns aspectos da memória, da cultura, economia e patrimônio: 1) Consciência da dinâmica comercial da região, pois a infraestrutura econômica pauta-se na agricultura e manufatura agrícola familiar (hoje agroindústria); 2) Conservação das narrativas pelos antepassados, dessa forma a memória cumpre o papel de perpetuador, reverberador da cultura local; 3) O acontecimento (aquilo que não se tem mais) da mula que adoeceu e derrubou toda a rapadura que ali permaneceu até apodrecer, foi guardado como referencial de identificação, em outras palavras, um patrimônio (material e imaterial), preservado através da memória. Questionou-se também sobre as primeiras festividades:

Eu quando me conheci como gente, as primeiras festa era muito diferente de hoje. Por exemplo, meu pai na época era o assador das galinha né. Assavam galinha inteira preenchida, num forno de tijolo. Aquele forno de antigamente que as mãe assavam o pon [pão]. Vinha bebida, era vinho! Isso que eu me lembro de pequeno, a cerveja não era nem fria, nem geladinha... traziam o gelo, às vez nem chegava o gelo [...] Então naquele tempo, o pessoal trazê picolé, lata de vinte litro.[...]" (C1, Nov de 2022)

Ele segue:

Aí depois foi mudando né, veio a tecnologia que temo hoje aí começou a aparecer o gelo em cima né, que os distribuidor de bebida traziam gelo, bastante gelo pra congela a bebida e hoje né, falei em tecnologia né que temo aí luz elétrica então não vem mais gelo, vem o freezer, dois, três dias antes, a congela a bebida, dexa no ponto! (C1, Nov de 2022)

O morador analisou o aspecto da mudança ao longo do tempo, o que demonstra certa organização de fatos na memória. Nesse primeiro momento pode-se inferir que as festas mudaram ao longo do tempo, ou seja, novos elementos entraram nessa dinâmica cultural-comunitária, mas quais são os aspectos mais evidentes nas festas de capela? Como elas se organizam? Ocorrem em determinados períodos? Quais as iguarias típicas ou bebidas? Há música? Essas são algumas perguntas que tentar-se-á responder.

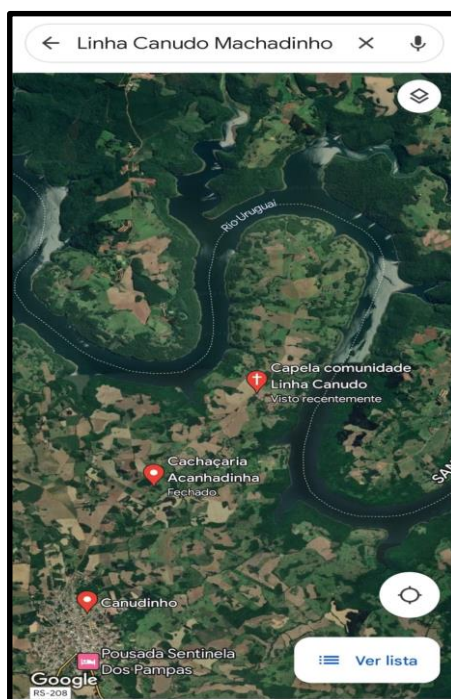
CANUDO: COMUNIDADE/LINHA SANTO ANTÔNIO

A capela Santo Antônio (Santo casamenteiro) como também é conhecida, é uma linha ou capela situada no município fronteiriço com o Rio Pelotas Machadinho no Rio Grande do Sul. O nome que acompanha a comunidade surge da imaginação e interpretação da realidade. Pois segundo este morador, quando interpelado sobre o porquê “canudo” como nome da comunidade, respondeu-se:

Bom, eu ouvi fala dos mais antigos lá, os vizinhos... que a gente conversa, meu pai! Eles têm um pouco mais de história do que eu: o rio faz uma volta ao redor da comunidade, ficou tipo um pontal, linha canudo, sabe, que falam! Porque arrodeia, comunidade é rodeada por Santa Catarina, a comunidade faz divisa com Santa Catarina aqui! (C2, Nov de 2022)

O mecanismo de formação identitária perpassa pelo aspecto geográfico e imaginário. Pois os primeiros moradores olharam para a volta do Rio Pelotas e consideraram semelhante a “volta de um canudo”, por isso, Linha Canudo. No mapa, a hermenêutica ficará mais evidente:

Imagem 2- Print Screen (adaptado), Comunidade do Canudo/ Rio Pelotas (Uruguai)



Fonte: Google Maps, 2022

O intuito não é buscar verdades absolutas, comprovar, desmentir colaboradores e desconstruir histórias/ narrativas, mas sim compreender como estas pessoas dão sentido à suas vidas através das festas de capela e na expressão dos patrimônios que constituem seu referencial cultural através do tempo. Em se tratando das festividades, como elas funcionam? O mesmo morador (C2^x), que atuou e ainda é participante explica:

Organizada em questão assim: a diretoria nomeia 3 casais, seis pessoas, que são consideradas lá eles falam lá, os “fábriqueiro” que é os festeiros organizadores. Hã esses festeiros organizadores eles botam o pessoal da comunidade pra trabalhar né, divide por setor: a bodega que é a copa como falam; o churrasco a carne; os bolos; a mesa, as mesas; a liturgia (C2, Nov 2022)

As festas da Linha Canudo são marcadas com antecedência (a maioria é). São feitas reuniões com os festeiros organizadores (antigamente *fabriqueiros*), comissão, sócios comunitários para definir a data da festa, sempre próxima ao dia do santo. No caso expresso, é a Festa do Santo Antônio: santo casamenteiro. Há também uma forte crença de que quando alguém perde um objeto, manda-se “*responsar* Santo Antônio”, porque ele encontra. Verdade ou não, não cabe julgar, mas sim entender que para essas pessoas, é real.

A festa tradicional supracitada acontece sempre em junho, mas a organização começa pelo menos (varia de comunidade) dois meses a quinze dias antes. Importante salientar que as primeiras festas que aconteciam, os organizadores assim chamados de “*fabriqueiros*” faziam parte da “fabricaria” ou seja, eram as pessoas que faziam o vínculo entre sociedade e igreja. Pessoas que sempre estiveram à frente para trabalhar, delegar, participar e contribuir para o crescimento da comunidade junto à igreja. Mas isso também não é regra para todas, por exemplo, há comunidades, capelas ou paróquias que não possuem presidente, vice-presidente, tesoureiro etc... outras sim! Com o passar do tempo, as nomenclaturas sofrem alterações e *fabriqueiros* são (atualmente) chamados de *festeiros*. E ainda assim há diferenças: *fabriqueiro* é o sócio, parte de uma comissão, portanto delegam funções escolhendo membros da comunidade (festeiros) para cada setor.

A escolha geralmente é por aptidão ou experiência de trabalho nessas festas. Por exemplo: alguém que sabe como manejar a carne, corta-la, espetá-la, temperá-la (quais temperos usar), acender a churrasqueira, saber diferenciar os tipos e pedaços de carne, além de compreender que cada um deve ser assado de maneira diferente e por um tempo diferente, será direcionado ao setor da carne. O responsável de cada setor possui um conjunto de saberes

específicos adquiridos pela vivência/experiência. Dall' Igna diz que os *fabriqueiros* “eram pessoas, que dentre outras atribuições, cuidavam da administração das capelas ou igrejas, organizavam festas com a finalidade de angariar fundos para novas construções”(2019; p. 138).

São dois dias de almoço. No sábado que antecede a festa, ocorre o tradicional *miúdos*. Possui esse nome pois, é o churrasco servido em espeto de metal na mesa e são pedaços um pouco menores: asinha(frango), pedaços de porco, coração de gado, coxa e sobre coxa, alcatra entre outras. São pedaços menores ou mais "*miúdos*" que os de domingo! No domingo, dia em que está marcada a festa, é feito churrasco tradicionalmente em espeto de madeira, fogo feito à lenha e não carvão. Há a missa primeiramente, distribuição de pãezinhos bentos, depois todos se direcionam ao salão para acomodar-se nas mesas reservadas para o tradicional almoço. Após o almoço algumas comunidades como a do Canudo costumam leiloar bolos. Alguém caminha por entre as mesas pronunciando os lances das mesas ou pessoas, pois é um hábito bastante comum. À tarde ocorre o *matinê* (baile), o qual (atualmente) são contratados músicos, uma banda que toca, o que popularmente chama-se "*bandinha*". Um ritmo tocado em forma de marchinha mais acelerada, bem popular no Rio Grande do Sul.

O lucro geralmente é divulgado para toda a comunidade ou até nas missas. Todo esse lucro é revertido em melhorias para a comunidade. E aqui vale as perguntas: Qual a importância dessas festas e o que elas significam para estes moradores? Por que participar? Essas foram as perguntas feitas aos entrevistados de todas as comunidades e paróquias estudadas. Segundo o depoimento do morador da Linha Canudo:

[...] o verdadeiro valor da festa: que você não faz a festa pra...pra pessoa, pra diretoria, pra fulano, pra ciclano pros moradores da comunidade. Você faz pro santo né! Porque você nasceu se criou ali, a comunidade tá firme e forte, trabalhando unido e você... tipo... tudo o que você faz, toda correria é pro santo.[...] Porque você vê pessoas, você vê a comunidade trabalhando unida, você vê os vizinhos, você vê pessoas que moravam ali que vem né e você às vezes não pode dá atenção pra todo mundo, mas você... um... simples aperto simples aperto de mão que você dá em um amigo, num colega é isso! É a sensação de dever cumprido[.] Trabalha pro santo, não é pra ninguém[...]. (C2, Nov de 2022)

Nota-se que além da influência religiosa, o sentimento de amizade, de partilhamento, da convivência entre pessoas, da confraternização são expoentes no porquê de se fazer a festividade. O “doar-se” ao próximo que é alicerce da filosofia cristã católica é bastante presente nas atitudes e comportamentos quando se trata de trabalhar em prol da comunidade. Valores como amizade, gratidão e alegria fazem parte da vivência dessas pessoas. Adiantando uma

informação, em todas as entrevistas feitas, o contato humano seja ele no participar, doar, contribuir, esteve sempre presente. Há uma queixa grande por parte dos entrevistados de que os jovens são poucos participativos e atuantes nessas festividades. Com um número maior de formas de entretenimento onde nossa identidade praticamente flutua com maior facilidade em um “mundo líquido” há um deslizamento de valores por parte da juventude. O que leva a um determinado “abandono” ou troca desses valores comunitários por outros. Fica mais clara a união comunitária na fala deste depoimento:

E é assim, tipo a comunidade se ajuda quando tem poca gente. Daí tipo quando você entrega o convite pra alguém que é lá... tipo não vo podê , não posso daí eles tentam achá outra pessoa. Mas tipo os festeiros organizadores, eles também tem a obrigação de ajudá né, em todos os setores! A obrigação como a gente diz é “ Eles se ajudam” né, sempre! (C2, Nov de 2022).

Imagem 3: página das atribuições dos sócios comunitários

§ 3.º — Buscar a assistência religiosa que necessita.
§ 4.º — Participar dos sacramentos, missas, cultos, celebrações, festas e promoções religiosas de sua comunidade.
§ 5.º — Apoiar e acatar as decisões e apelos dos sacerdotes, do conselho paroquial, da diretoria da comunidade e setores de pastoral.
§ 6.º — Encaminhar e acompanhar os filhos e dependentes à instrução religiosa.

Art. 7.º — Deveres Sócio-Comunitários:
§ 1.º — Participar de cursos, reuniões, festas e promoções populares de sua comunidade.
§ 2.º — Apoiar e colaborar com o bem comum, ajudando nas festas e trabalhos de interesse da comunidade.
§ 3.º — Buscar sempre e em tudo a união fraterna dos sócios, a harmonia e o bem estar de todos na comunidade.
§ 4.º — Assumir e desempenhar, com responsabilidade, os encargos e tarefas para os quais for eleito ou designado.
§ 5.º — Zelar pelo salão, igreja, cemitério, escola comunitária, móveis e objetos de sua comunidade.
§ 6.º — Repor quando danificar algum objeto ou bem da comunidade.
§ 7.º — Respeitar e auxiliar na manutenção da boa ordem nas festas e promoções da comunidade.
§ 8.º — Ajudar-se mutuamente nos casos de doenças e necessidades.

Art. 8.º — Deveres Econômico-Financeiros:
§ 1.º — Pagar as taxas ou contribuições proporcionais combinadas para cada ano.
§ 2.º — Colaborar, da melhor forma que puder, com as festas, arrecadações ou promoções extraordinárias da capela, paróquia ou diocese.

CAPÍTULO V
DIRETORIA OU COMISSÃO, CONSELHO PAROQUIAL E FESTEIROS
Art. 9.º — Conselho Paroquial:
§ 1.º — O conselho paroquial será composto dos Padres da paróquia, diáconos, irmãos responsáveis pela pastoral na comunidade.

7

Fonte: Normas práticas para vivência das comunidades cristãs organizadas - Diocese Nossa Senhora de Oliveira. Vacaria: IMPLA- L. Vermelha, p. 7.

Se comparar com os manuais religiosos (Imagem 3) que as comunidades recebem comprova-se é um dever dos sócios: zelar pelos bens materiais, apoiar e contribuir para o com desenvolvimento das festas e atividades comunitárias, em caso de danos deliberados ou não, deve-se repor o dano, estimular e reforçar a união de todas as pessoas que ali vivem. Muitas vezes quem não participa das festividades ajuda de outra forma: limpeza do salão, corte de

grama, ofertas de serviços ou de matérias-primas na produção alimentícia. De alguma forma todos participam. Abaixo a página inerente às atribuições aos sócios comunitários.

Os deveres dos sócios comunitários em um dos livros distribuídos às comunidades mostram regulação/orientação do convívio entre moradores daquela localidade. Não deixa só claro que igreja é bem atuante no campo social, mas que é reguladora dos comportamentos, que através do ideal cristão atribui significado à existência de muitos, como também reforça estes na prática, portanto, reforçadora de hábitos não só cristãos, mas culturais.

Outra maneira de dimensionar a importância da festa para a comunidade está nesse depoimento que expressa um ato bastante simples mas significativo:

Daí tipo, o que esses fabriqueiro nomeiam o pessoal: eles fazem um bilhетinho lá que “É com honra que a gente convida o senhor ou senhora pra ser presidente das mesas na festa em honra a Santo Antônio”. Os convitinhos né, muitas vezes é escrito à mão ou muitas vezes no computador, mas é um convitinho simples, é um papelzinho né[...] (C2, Nov de 2022).

Esses convites poderiam ser enviados por mensagem, ou feitos por ligação ou de uma forma mais cômoda. Mas eles são escritos e levados até a casa do convidado, isso demonstra o apreço que a comunidade tem àquela pessoa.

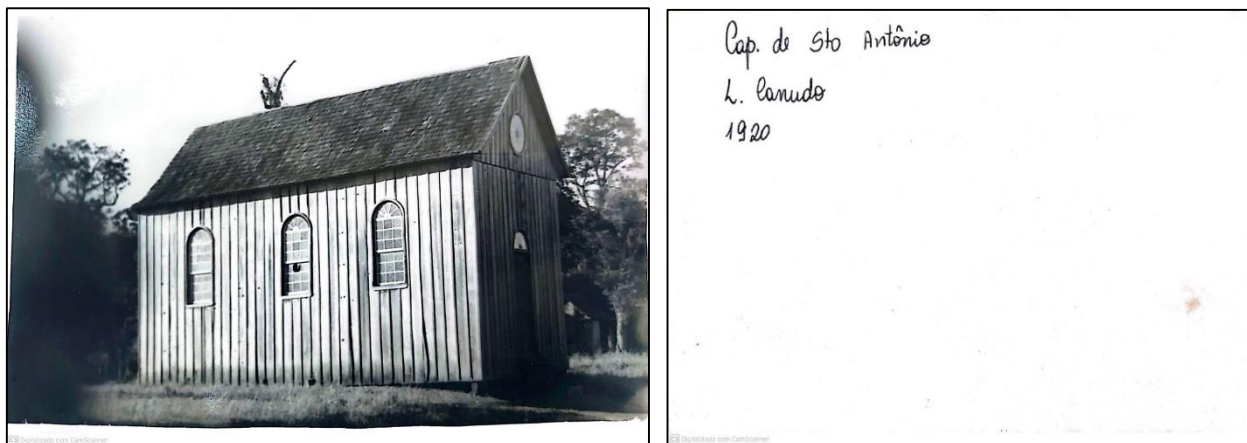
Imagem 4: convite elaborado e disponibilizado pela Capela Santo Antônio



Fonte: convite em papel cedido (digitalizado) pelos sócios comunitários (comissão da capela) para fins acadêmicos, 2024

Uma forma de dizer “Você é importante para nós!”. Apresenta a disposição, dedicação e espírito fraterno e de união da comunidade (a do Canudo) expressa nesse gesto simbólico. A capela disponibilizou o convite feito para os festeiros de honra (convidados) no ano de 2024 (Imagem 4). O padrão segue com a identificação da comunidade ou capela, uma oração do santo, as datas, horários e programação bem como, os contatos para reservas da carne.

Imagem 5 e 6- Capela de Santo Antônio 1920 (frente e verso)- digitalizadas



Fonte: Secretaria de Educação e Cultura Municipal Machadinho-RS, 2024.

A PARÓQUIA: UM SENTIDO DE EXISTÊNCIA

A Paróquia de São Sebastião, localizada na área urbana de Maximiliano de Almeida possui três festas tradicionais em honra a: São Sebastião, São Gotardo e São Cristóvão. Escolheu-se aqui a Festa de São Cristóvão ou Festa do Colono/ Motorista realizada em Julho. A primeira menção à ela é de Julho de 1975 no Livro Tombo (1939-1987). Em alguns momentos, ela não foi realizada ou não foi registrada. Ora chamada de festa do agricultor, festa dos motoristas, apenas em 25 de Julho de 1987 ela aparece com o nome usual: Festa de São Cristóvão Agricultor e Motorista. Essa, no que tange ao setor alimentício, possui uma peculiaridade. Segundo os depoimentos de uma mulher (C3^{xi}) que sempre participa na produção dos comes e bebes da festa, conta-nos que há muita doação (oferta) de farinhas, açúcares o que possibilitou uma produção mais variada e maior. Tanto para ser vendida e consumida antes e também no dia da festa. Segundo o depoimento:

A gente recebia muita farinha, muito óleo! E aí a gente começo a fabricá: bolachas, fabricá grostolis, fabricá pão, fabricá cuca e a gente vendia porque era... até que a gente.. a gente fabricava até que a gente tinha doação. Ah eu recebi 50 kg de farinha, então eu vou desmanchá aqueles 50 kg de farinha em bolacha, em grustuli, em pão em cuca né.[...]. Então a gente fazia exatamente, produzia, vendia, era um dinheiro que entrava! Mas isso depois foi tomando uma dimensão muito maior, começou a ter muito mais consumo do que eram as doações! (C3, Nov de 2022)

Percebe-se que além de um número maior de doações, a produção alimentícia é mais variada:ucas, pães, bolos, lasanhas, feijoadas, mondongo, sonhos, pastéis, bolachas e grostolis. Ela ainda comenta que a devoção é muito vigorosa, principalmente na procissão feita pelos caminhoneiros:

Aqui em Maximiliano eu fui muito atuante por cerca de uns vinte anos na parte de religiosidade. Trabalhando na parte das festas di... dos motoristas, ali de São Cristóvão e do padroeiro São Sebastião, mas eu trabalhava com a parte espiritual, me envolvia é: prepará missa, em estar lá na igreja, em vê o tema central das missa, em até muitas vezes visitar as comunidades do interior junto com o padre pra motivá a participação dessas comunidades em nossas festas. [...] festa do motorista ela é uma festa muito grande na nosso município! E ela atrai essas comunidades a participá e todos os nossos munícipes que são caminhoneiros nesse período parecem que eles se organizam tanto que eles voltam pro município pra estar participando principalmente da procissão né! Então eu acho isso uma coisa muito muito forte, parece que eles vem buscá a benção, a proteção pra depois seguiu um ano inteiro de viagem né!(C3, Nov de 2022)

Observa-se através desse depoimento que tanto agricultores como caminhoneiros por profissão fazem questão de participar não só pela tradição, mas porque buscam na espiritualidade proteção e um sentido de viver. Pois lembram que todo ano em Julho, acontece a festa, mas não é só pela benção! Também é pelo contato humano, como afirma a colaboradora:

Eu no meu ver é essa parte de integração tu vai lá tu vê pessoas que a muito tempo você não vê! Você conversa assuntos diferentes, você interage com as pessoas isso te dexa... te dá um certo momento de lazer pra ti.[...]Trabalhar em si pra mim é muito interessante porque tu além de você estar ali se doando você sempre tem aprendizagem, tu sempre trabalha em equipe e tu aprende a trabalhar em equipe, nunca é a mesma equipe então tu vai aprendendo a lida com as pessoas diferentes a trabalhá e sempre alguém vai te trazê um conhecimento diferente. Então isso aí, é uma troca de conhecimento, é um trabalho em equipe que tuvai aprendendo a se relaciona com “N” pessoas e aprendendo a como lidar com elas[...] (C3, Nov de 2022)

Mais uma vez o contato humano aparece como fator de decisão no engajamento da/na festa, seja como festeira(o) ou não. Ao longo da entrevista perguntou-se de onde vinham os dons de culinária e o que tudo isso representava para ela inerente à festa:

Pra mim representa um sentido de vida! [...]. Existe muitas formas de fazer essa doação, mas essa doação comunitária acho que é muito importante então assim: pra mim ela é algo muito gratificante eu estar lá na cozinha preparando alimento- uma coisa que eu gosto né... que eu sei fazê! (C3, Nov de 2022)

Aqui está um sentido existencial. Se a identidade é constituída a partir da convivência social, permeada por nossas atitudes e comportamentos conduzidos por valores culturais, é autêntico afirmar que a festividade não só é expressão da identidade individual e coletiva, mas também um jeito de afirmar a própria existência no ato de cozinhar. Ela se projeta e é referenciada a partir de seus atos em outras pessoas, o que muito é potencializado nesses eventos. Pois:

[...] atribuir sentidos ao mundo[...] buscando respostas para infinitas perguntas que o mundo nos coloca e, nesse processo, produzimos cultura. Assim, o mundo é o lugar de aprendizagem da pessoa humana e das relações humanas mediadoras dessas aprendizagens. (Brito, Tolentino et al. 2011. pg 14)

Após explanar todos esses detalhes é plausível dizer que as festividades são uma das formas de expressão de identidade cultural, seja através dos valores que ela representa, seja pelo cunho religioso, seja pelo o que ela representa a cada ser daquele local. Tudo isso se mostra uma forma de patrimônio cultural pois segundo Tedesco (2011):

Patrimônio cultural é uma herança do passado que os homens intencionam transmitir às outras gerações; é o conjunto de todos os bens materiais e imateriais que identificam sujeitos e grupos e grupos sociais nos quais esses também se identificam, se interessam e possuem um valor” (p. 50).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se então definir as festas de capela - como habitualmente se diz - de atos de celebração em que vinculados com a religiosidade, dão sentido à existência e engajam toda comunidade com a função de reprodução dos saberes, tradições e valores constituídos pela convivência social e herança cultural afirmando identidades não só individuais, mas também coletivas. São também na junção de toda sua materialidade e imaterialidade: um patrimônio cultural dos moradores da comunidade e da paróquia e das cidades interioranas. Constitui-se patrimônio que material e imaterial, pois envolve imaginação, espiritualidade, valores, música,

produções alimentícias, mesas, cadeiras, salão e muitas outras materialidades. Nesse caso, não há como dissociar a materialidade da imaterialidade, o que torna as festas algo perene no tempo, se cultivada e compartilhada como herança de uma não só peculiaridade local, mas parte de inúmeras existências vocalizadas de uma cultural histórico-social.

NOTAS

ⁱ Segundo Meihy e Seawright (2021) a “hibridização” ocorre na postura dos procedimentos com o *corpus* documental. Onde documentos escritos intrecruzam-se com fontes orais. Mas lembrar que as perguntas sempre partem da oralidade para o documento escrito em projetos de história oral.

ⁱⁱ Segundo Maestri “A unidade econômica de base do mundo colonial era o lote. O núcleo de socialização era a linha, com sua capela e venda [...]. Não raro, o nome das capelas sobrepunha-se o da linha [...] A capela era o centro cultural, político e religioso da linha[...]. Algumas poucas vezes, a capela possuía uma escola.” (2021, p. 137).

ⁱⁱⁱ Conceito utilizado na Óptica em física para explicar o fenômeno da luz policromática ou como um raio de luz se comporta dentro de um prisma. Como Newton já havia demonstrado no experimento do feixe de luz que incidia sob o prisma e dividiu-se em várias cores (idênticas as do arco-íris). Assim é a memória, colorida, composta de vários pontos de vista, multifacetada.

^{iv} Memória coletiva é um conceito de Maurice Halbwachs em que “[...] os sujeitos, individualmente, passam a compreender determinados fatos e acontecimentos como a única versão possível desses momentos” (Oliveira, Aalmeida, Fonseca et al, 2013, p. 80-81).

^v Existir aqui se refere não só o fato de estar vivo, mas também atuar nesse mundo de acordo com hábitos culturalmente influenciados. Formando um mecanismo identitário.

^{vi} As Colônias Velhas são atuais cidades: Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves, Carlos Barboza, Alfredo Chaves, Garibaldi, Guaporé. O primeiro foco de colonização Italiana no Rio Grande do Sul.

^{vii} C1: Colaborador número 1; manter-se-á o anonimato dos(as) entrevistados(as).

^{viii} Morador nasceu na década de 1940.

^{ix} Cargueiro: mula com cargas (bolsas ou cestos) de mercadorias.

^x Colaborador 2: Linha/ Comunidade do Canudo.

^{xi} C3: Colaborador(a) 3.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf. Acesso em 24/11/2022.

BRITO, Ana Paula Ferreira Brito [et al...]. Patrimônio e Educação: construindo elos. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.) [et al...]. **Educação patrimonial: orientações ao professor**. 2 imp. – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialOrientacoesAOProfessor_ct1_m.pdf. Acesso em 01/12/2022.

C1, **Colaborador(a) 1**. Festividades e a dinâmica comunitária [entrevista concedida a] João

A. Zanandréa- Novembro de 2022.

C2. **Colaborador(a) 2** Festividades e a dinâmica comunitária. [entrevista concedida a] João A. Zanandréa- Novembro de 2022

C3 **Colaborador(a) 3.** Festividades e a dinâmica comunitária. [entrevista concedida a] João A. Zanandréa- Novembro de 2022

CUNHA, Laurie Fofonka; MORAES, Fernando Dreissig de Moraes (Orgs). **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul / Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SPGG, 2018. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201803/27155415-spgg-genealogia.pdf>. Acesso em: 23/06/2024.

DALL' IGNA, Luiz Antônio. **Maximiliano de Almeida: Fragmentos da História e Reminiscências**. Cascavel: B&L Editoração Gráfica, 2019.

GHERMAN, Michel. Prefácio: Ensino do Holocausto: Tarefas e Dilemas. In: REISS, Carlos. **Luz sobre o Caos: Educação e Memória do Holocausto**. Rio de Janeiro: Imprimatur, 2018. P. 18-33.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

Livro Tombo Paróquia São Sebastião do Pinhal. nº 250150- Livraria Selbach de J.R. da Fonseca e Cia: Porto Alegre - Rua Marechal Floriano nº10. N. 1- 1939-1987.

Livro Tombo Paróquia São Sebastião- Maximiliano de Almeida. nº 37-100 - Livraria Globo S/A: Porto Alegre- Av. Getúlio Vargas, 1271- Indústria brasileira- 1987-2019.

MAESTRI, Mario. **Breve história do Rio Grande do Sul**: da pré-história aos dias atuais. 2 ed. Porto Alegre: FCM Editora, 2021.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **História Local e Memória: Limites e Validade**. Campinas: Librum Editora, 2015. E-book Kindle.

MEIHY, José Carlos Sebe, SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e Narrativas**: história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2021 .

Normas Práticas Para Vivência das Comunidades Cristãs Organizadas- **Diocese Nossa Senhora de Oliveira**. Vacaria: IMPLA- L. Vermelha.

OLIVEIRA, R; ALMEIDA. V; FONSECA. V; CANO. M (Coord.). **A reflexão e a prática de ensino de História**. São Paulo: Editora Blucher, 2012. v. 6.

QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José. C. **Rio Grande do Sul**: Aspectos da História. 4. ed. Porto Alegre: 1995.

RECKZIEGEL, Ana Luiza. História Regional: dimensões teóricas-conceituais. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v.1, n.1. p.15-22, junho de 1999.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces**: introdução a uma análise sócio histórica da memória. Passo Fundo: Editora UPF; Xanxerê: Editora Unoesc; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.